

A ANTROPOLOGIA PÓS-MODERNA

por

Paulo Castro Seixas

INTRODUÇÃO*

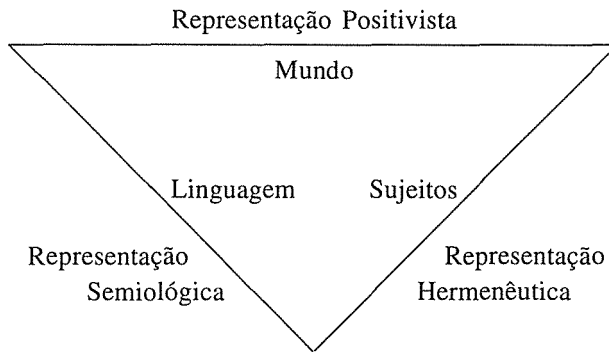
A Antropologia Pós-Moderna é uma derivação da Antropologia Interpretativa encetada pelos discípulos de Geertz, sendo “a versão que a Antropologia Interpretativista norte-americana elaborou a propósito do pós-modernismo ou pós-estruturalismo europeu” (Geertz e Clifford, 1991: 27). O pós-modernismo antropológico é assim “a última etapa das antropologias interpretacionistas” que se filia na filosofia francesa com ênfase para autores como Foucault e Derrida, apropriando-se de uma certa ideia de *relativismo* do primeiro e da noção de *desconstrução* do segundo.

Alguns autores remetem a origem do pós-modernismo antropológico para uma nota de pé de página da introdução de “A Interpretação das Culturas” de Geertz, de 1973, em que afirma que aquilo que o antropólogo faz é escrever, acrescentando ainda que existe em Antropologia uma falta de consciência dos modos de representação e de experiências com os mesmos. Surgem aqui as questões da autoria/autoridade e de representação/representatividade que se vão constituir como as principais do movimento reflexivo que surge formalmente num Seminário de Santa Fé, levado a cabo pela School of American Research desta cidade do Novo México em Abril de 1984. O termo “Antropologia pós-moderna” foi utilizado pela primeira vez por Stephen Tyler em 1983-84, apesar

* O texto que aqui se apresenta foi elaborado em finais de 1994 no âmbito da disciplina “Correntes e Métodos em Antropologia” do Mestrado de Antropologia da Universidade do Minho. Desde 1994 até agora muito se escreveu sobre a Antropologia Pós-Moderna e a própria corrente teve o seu desenvolvimento. Outro texto seria necessário para se dar conta dos rios de tinta que a pós-modernidade em Antropologia suscitou nos dois últimos anos. Este texto pretende-se, assim, meramente uma abordagem introdutória e didáctica da temática. É neste sentido que este texto tem sido utilizado na disciplina de “Fundamentos de Antropologia” na Universidade Fernando Pessoa.

segundo esta análise tridimensional, resumida no Quadro II, que o ensaio que se segue se irá desenvolver.

QUADRO I



QUADRO II

	ANT. MODERNA	ANT. PÓS-MODERNA
LEGITIMAÇÃO	Autoridade positiva Autoridade única Científica Experimental Interpretativa	Aut. semiológico/hermenêutica Autoridade dispersa Científica/poético/política Dialógica Polifónica
REPRESENTAÇÃO	Texto realista Narrativa Discurso indirecto livre	Texto experimental Diálogo Discurso directo
INVESTIGAÇÃO	Método observacional Olho/observação Mão/escrita	Método conversacional Ouvido/escuta Boca/fala

**1. A crítica da legitimação etnográfica ou
Os sujeitos etnográficos e a sua argumentação**

A) A crítica da legitimação

A crítica da legitimação que se outorga o etnógrafo para estudar o Outro e para acerca dele elaborar uma representação etnográfica, fundamenta-se essen-

A crítica da legitimação do trabalho etnográfico atinge maior radicalidade em autores que criticam o próprio lugar da Ciência e da Epistemologia como com Tyler e Rabinow. Tyler, socorrendo-se de Habermas e de Lyotard, faz uma narrativa da ascensão e queda do pensamento científico, resumindo-a ao lema “Quanto mais o homem controla algo, mais incontroláveis se tornam ambos”. A Ciência pretendia-se um discurso acerca do mundo que pudesse ser controlado, autónomo e auto-justificável. Há aqui, para Tyler, um paradoxo e que se torna o âmago de toda a sua crítica ao edifício científico: Uma abertura ao mundo e às provas e um fechamento auto-justificável e autónomo do discurso. É neste paradoxo que Tyler espelha a contradição entre “representação do mundo” e “comunicação da comunidade científica”, entre Teoria e Prática, isto é, tornou-se impossível uma linguagem que fosse ao mesmo tempo consensual entre cientistas e mediadora das percepções no sentido de descrever o mundo. Assim, segundo Tyler, privilegiou-se a comunicação à adequação descritiva, fazendo da linguagem o seu próprio objecto de descrição: “Deste modo, a linguagem da ciência tornou-se o objecto da ciência e o que tinha começado por ser percepção não mediada por conceitos tornou-se concepção não mediada por percepções.” (Tyler, 1991: 299). Para Tyler, no entanto, a Ciência só fracassou porque levou ao extremo esta obstinação no aperfeiçoamento da linguagem: “À medida que a ciência se definia cada vez mais a si mesma como o modo de discurso que tinha o seu próprio discurso como objecto, cada passo para aperfeiçoar esse discurso e superar as falhas da prova, sempre novas imperfeições revelava.” (Ibid: 299). Neste beco sem saída da linguagem, tornando-se impossível atingir a unidade do conhecimento universal e, ao mesmo tempo, o conhecimento do mundo concreto da prática, a Ciência procurou compromissos com outros discursos como o do trabalho (política/industria) e o dos valores (ética/estética). Neste momento, no entanto, e perante o triunfo do trabalho, parece surgir o incontrolável, como diz Tyler, que presumimos identificar-se com a “legitimação pela paralogia” de Lyotard, ou seja, uma justificação da Ciência pela e na errância.

Para Rabinow (1985: 91-93) a Ciência e, para além dela, a epistemologia, são objecto de uma crítica de tipo intelectualista que não as vê senão como representações, jogos de linguagem ou “jogos intelectuais” e de uma crítica de tipo sociologista que as vê como “práticas políticas e sociais” e essencialmente como jogos de poder.

Rabinow refere-se a estas duas vertentes críticas pondo em causa a legitimação epistemológico-científica da praxis etnográfica. A crítica de tipo intelectualista apoia-se na “hermenêutica de R. Rorty e no “anarco-racionalismo” de I. Hacking, assim como no “anarquismo metodológico” de Feyerabend, consistindo essa crítica essencialmente na afirmação de que “a “verdade” tal qual é entendida num momento dado não existe senão na medida em que pré-existe a

Boas e Malinowski deixava de ter força argumentativa pela contaminação cultural do hemisfério antropológico que fazia com que os antropólogos se dedicassem cada vez mais à *Antropologia em Casa*.

Ao nível da representação etnográfica o antropólogo procura normalmente na introdução da etnografia estabelecer a sua autoridade pela experiência, afirmando “Eu estive ali” e afirmando-se como possuidor de conhecimentos em primeira mão e como participante. O seu discurso posterior distanciado dessa experiência é mais impessoal, estabelecendo a sua autoridade por uma argumentação e uma retórica de tipo interpretativo legitimada pela linguagem científica e rementendo os aspectos mais pessoais para notas de pé de página.

2. A crítica da representação etnográfica ou os textos etnográficos e a sua retórica

A) A crítica da representação

A Antropologia até Geertz poder-se-ia definir, simplificando, como a disciplina do Outro. Geertz, com a perspectiva interpretativa, focaliza-se na interpretação das representações do Outro e Clifford leva ao extremo esta perspectiva e numa “meta-Antropologia textualista” (Rabinow, 1985: 95) interpreta as interpretações que os Outros-antropólogos fazem da realidade e das representações daqueles Outros nativos: “O Outro, para Clifford, não é mais do que uma representação antropológica” (Rabinow, 1985: 94).

A crítica da representação etnográfica instaura-se assim como uma especialidade da Antropologia, uma espécie de Antropologia do conhecimento antropológico em que se procura analisar o lugar da produção e consumo da representação antropológica do Outro.

B) Características da representação etnográfica

Agar aponta 3 grandes características das representações etnográficas (Agar, 1991: 118-119):

1. As representações etnográficas têm um carácter limiar, sendo função do etnógrafo enquanto sujeito; função do grupo estudado e da sua dinâmica e função da audiência relevante que é considerada. Esta característica faz com que os estudos de grupos similares e mesmo os re-estudos possam diferenciar-se.

2. As representações etnográficas têm um carácter emergente que faz com que a proposta de trabalho original difira, por vezes de forma radical, do resultado atingido, contrariando os modelos lineares de investigação social que começam

tende a ser orientada sobre a diferença no sentido da existência de surpresa, de expectativas goradas ou, pelo menos, admiração, que levem a questões de investigação. Alguns falam de “quebras” (Agar, utilizando um termo de Heidegger), outros de “atenção face ao inesperado” (Rosenblatt, 1981) ou “atenção face ao exótico” (Naroll y Naroll, 1963) e antropólogos como Levine (1970), Mead (1970) ou Richards (1939) “aconselham servir-se da surpresa, do inesperado e da sensação de diferença como indícios para definir o que há para estudar” (Agar, referindo Rosenblatt, 1981).

A influência do grupo estudado faz-se também sentir pelo carácter emergente da maior parte das etnografias. O antropólogo vai fazer trabalho de campo com um projecto em mente e acaba produzindo um texto que, muitas vezes, pouco se assemelha com aquela primeira ideia.

A influência das audiências/leituras

A consciência do mundo limiar da escrita etnográfica deu-se também pela multiplicação de leituras, resultado de uma audiência relevante dos textos etnográficos cada vez mais vasta devido a factores diversos quer internos à disciplina como a inflexão na focalização do objecto, preterindo a ideia de Ciência das Sociedades Primitivas, quer externas como a democratização do ensino e a tendência da inter/transdisciplinaridade. Estas leituras puseram em causa um certo “consenso artificial” (Marcus e Cushman, 1991: 197) que durante muito tempo imperou na disciplina, desconstruindo, por um lado, determinados aspectos da escrita etnográfica pela sua análise em função de uma certa audiência relevante, e abrindo, por outro lado, a escrita etnográfica a novas e diferentes audiências.

A escrita etnográfica enquanto género legitimado por um padrão consensual de audiência/leitura torna-se débil e heurística “quando as expectativas sobre a etnografia em geral de um conjunto de leitores em particular não são satisfeitas por um texto específico que satisfaria melhor as expectativas de outros conjunto de leitores” (Marcus e Cushman, 1991: 197).

Assim, e numa perspectiva semiótica, para compreendermos um mundo pela representação etnográfica temos que compreender que representação do mundo essa representação teve em conta (audiência/leitura relevante) mas também que representações essa representação pode gerar (audiências/leituras possíveis) e que reacções se podem delas esperar. Marcus e Cushman (op. cit.: 197-199) classificaram as leituras/audiências das etnografias em 6 categorias:

1. O conjunto de leitores constituído pelos especialistas na área
2. O conjunto de leitores constituído por antropólogos em geral
3. O conjunto de leitores das outras ciências sociais
4. O conjunto de leitores constituído pelos estudantes

antropólogos em geral, especificamente no caso das críticas de experimentadores a outros experimentadores; em relação à escrita que tem em mente o conjunto popular de leitores as críticas provêm dos grupos de leitores de tipo 1 e de tipo 2.

C) Tipos de representação etnográfica

1. Os géneros etnográficos: Do realismo à experimentação

Clifford considera a representação etnográfica tradicional em três grandes períodos: segunda metade do sec. XIX; de 1900 a 1920; e de 1920 a 1960. Um primeiro tipo de representação ou género baseava-se na diferença entre “homem de terreno” (expressão de James Frazer) e o sociólogo ou antropólogo da metrópole. Havia assim uma “tensão” nítida entre a etnografia e a antropologia, entre o etnógrafo e o antropólogo: “o descritor-tradutor de costumes e o construtor de teorias gerais sobre a humanidade eram pessoas distintas.” (Clifford, 1991: 147). Esta divisão variava segundo os países e apesar de nos E.U. Morgan evidenciar conhecimento pessoal de algumas das culturas de que inclui referências na sua “Sociedade Primitiva” e de Boas ter feito trabalho de campo, o género etnográfico baseado em trabalho de campo intensivo enquanto método privilegiado do investigador, de prova e de modificação da teoria, ainda não existia. (Clifford, 1991: 146).

Entre 1900 e 1920 Clifford, apoiando-se em Stocking, caracteriza uma nova forma de representação etnográfica devida à “geração intermédia”. Influenciada por Tylor, que pretendia “estabelecer uma união mais estreita entre os componentes empíricos e teóricos de uma investigação antropológica” (Stocking, cit in Clifford, 1991: 147) e marcada com a figura paradigmática de Boas, com a sua expedição em 1899 ao estreito de Torres e o aparecimento de trabalhadores de campo provenientes das ciências naturais, esta “geração intermédia” vai valorizar bastante mais o trabalho de campo. No entanto, a observação participante intensiva como método profissional, como iniciação com uma estadia prolongada no terreno e a aprendizagem da língua nativa não era ainda a regra da comunidade de antropólogos, preferindo ater-se a técnicas documentais e observacionais próprias dos cientistas naturais.

É na década de 20 e, mais propriamente, com a publicação dos “Argonautas” de Malinowski (1921) e de “Adaman Islanders” de Radcliffe-Brown (1922), assim como com os trabalhos de Mead sobre Samoa, que se estabelece com êxito um novo tipo de representação, “um novo e poderoso género científico e literário, uma descrição cultural sintética baseada na observação participante” (Clifford, 1991: 148). É este paradigma representacional da antropologia que a escola pós-moderna critica, rotulando-o (Marcus e Cushman, 1991) como “realismo etnográfico”.

2. Presença não intrusiva do antropólogo no texto;
3. A supressão dos indivíduos (informadores qualificados e outros) em função de um denominador comum;
4. A ligação estreita ao trabalho de campo;
5. A focalização em situações da vida quotidiana;
6. A representação do ponto de vista do nativo;
7. A afirmação de tipicidade dos dados particulares por extrapolação;
8. Embelezamento por meio de jargão técnico;
9. Exegese contextual dos conceitos e discurso nativo.

Para além destas características que são fontes de críticas, Tyler, na sua crítica à escrita etnográfica, é mais radical, pois considera que é o próprio movimento duplo de passagem do oral ao escrito e do representado ao representador que transporta o vício da substituição/repressão do outro. A escrita realista é assim considerada monológica, sendo a descrição mais uma “desescrita” por reprimir a voz do nativo ao “falar por” ele (Tyler, 1991: 289).

3. O género experimental

Uma das vertentes da experimentação representacional mais relevante é sem dúvida a protagonizada por Dennis Tedlock e denominada “Antropologia Dialógica”. Para Tedlock o trabalho de campo sempre teve uma ênfase dialógica bastante grande; no entanto quando o representam monograficamente “a única classe de diálogo que põem nas etnografias é aquela em que o nativo fala brevemente, ao sinal do antropólogo e em harmonia com os seus pontos de vista.” (Tedlock, 1991: 276).

Nos textos etnográficos ao invés do diálogo tem havido um “apartheid monológico”. De um lado as etnografias e os textos confessionais (ex: “Tristes Trópicos”) em que o nativo está praticamente ausente, sendo representado oralmente apenas nuns “poucos “termos indígenas” intraduzíveis” (op. cit.: 275); do outro as colecções de “textos nativos” em que, pela utilização do método das histórias de vida, os antropólogos desaparecem de cena para pressupostamente dar lugar à aparentemente liberta voz do nativo - como se não tivesse havido diálogo!.

Tedlock propõe assim o diálogo como forma de representação, por um lado mais próxima da realidade do trabalho de campo e por outro como melhor reflexo das relações entre representador e representado, preconizando, como parece, em última instância a intermutabilidade das posições. Tyler, na sua análise crítica a Tedlock, enuncia de uma forma mais explicita esta ideia ao afirmar que a antropologia dialógica “apresenta-se a si mesma como um método para superar o

para o constituir em representação.” (op. cit.: 290)

Tedlock põe ele próprio a questão da possibilidade de representar de forma escrita um diálogo pois “uma representação de um diálogo já não é um diálogo mas sim uma mera representação de um diálogo” (op. cit.: 279). Contesta porém que esta objecção só surge quando se pressupõe que há um diálogo original, o que de facto não acontece: um diálogo é sempre representação de actos prévios e uma representação é sempre geradora de diálogo. Neste sentido a monografia dialógica não deve ser entendida senão como uma pausa momentânea (pela textualização) entre discussões (pelas leituras que gera, intra e interculturais, e que devem ser integradas em pausas futuras).

3. A crítica da investigação etnográfica ou a relação etnográfica e a sua metodologia

A) A crítica da investigação

As consequências da escola antropológica pós-moderna na metodologia do trabalho de campo parecem poder traduzir-se numa transição de um paradigma observacional para um paradigma conversacional. À descrição total de um mundo estático à distância do olhar substituem-se os diálogos e as representações parcelares de mundos em constante mutação na proximidade do sussurro e na intensidade dos gritos. O ouvido substitui o olhar, a sensibilidade efémera e “emic” da representação oral procura substituir a cerebralidade perene e “etic” da representação escrita e o lugar do mundo do observado é substituído pelo não-lugar da linguagem e da permanente (in)tradutibilidade da mesma.

B) Observação como escrita

Para Tyler é a linguagem do observador - neste caso a linguagem escrita - que se sobrepõe ao mundo do observado como fulcro da atenção na relação etnográfica. Este questiona a sequência de actividades observação-anotação-escrita que se opera no trabalho de campo e critica “o papel suplementar, não problemático e quase inconsciente da escrita” na imagem etnográfica tradicional, cuja função é a mera recuperação e imitação de actos comportamentais e orais originais. A metodologia baseada na dicotomia entre um mundo originário, apreendido pela experiência ou percepção, e uma linguagem escrita, aparentemente neutra e meramente representadora daquele, é criticada, “pois o próprio acto de tirar notas já é parte da observação-experiência-percepção; isto é, é parte do que queremos dizer quando falamos em observar.” (op. cit.: 291). Esta consciência da observação enquanto

- MARCUS, GEORGE E. E CUSHMAN, DICK E. 1991 "Las etnografías como textos", in Geertz op. cit. pp. 171-214.
- ROTH, PAUL A. 1989 "Ethnography without tears", in *Current Anthropology*, vol. 30 n° 5, Dezembro.
- TEDLOCK, DENNIS. 1991 "Preguntas concernientes a la antropología dialógica", in Geertz op. cit. 275-289.
- TYLER, STEPHEN. 1991 "Acerca de la "descripción/desescritura" como un "hablar por"", in Geertz op. cit. 289-295.
- 1991 "La etnografía posmoderna: de documento de lo oculto a documento oculto", in Geertz op. cit. 297-313.